



**ATA 1853ª. REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**

1 Aos três dias do mês de julho de dois mil e quinze, às dezenove horas e quarenta
2 minutos, realizou-se a milésima octingentésima quinquagésima terceira reunião
3 Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à
4 Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 19 (dezenove)
5 conselheiras(os), sendo essas(es) efetivas(os) e suplentes, a seguir indicadas(os):
6 Adriana Eiko Matsumoto, Elisa Zaneratto Rosa, Graça Maria de Carvalho Camara,
7 Joari Aparecido Soares de Carvalho, José Agnaldo Gomes, Luís Fernando de
8 Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria Ermínia Ciliberti, Marília
9 Capponi, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Alacir Villa Valle Cruces, Bruno Simões
10 Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Gustavo de
11 Lima Bernardes Sales, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Mirnamar Pinto da
12 Fonseca Pagliuso, Sandra Elena Sposito e Sergio Augusto Garcia Junior. Também
13 estiveram presentes os gestores Edgar Rodrigues (Subsede de Assis) e Luiz
14 Henrique de Sá Mendes Fonseca (Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte),
15 conforme lista de presença anexa que é parte integrante desta ata. **ORDEM DO**
16 **DIA: I) JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIAS** - Foram consideradas as justificativas de
17 ausência das(os) demais conselheiras(os): Aristeu Bertelli da Silva, Gabriela
18 Gramkow, Guilherme Luz Fenerich, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia.
19 Conselheira Ana Maria Falcão de Aragão – está desligada conforme registrado na
20 ata da milésima setingentésima sexagésima terceira Reunião Plenária Ordinária de
21 onze de abril de dois mil e catorze e Conselheira Ana Paula Porto Noronha – está
22 desligada conforme registrado no ata da milésima octingentésima vigésima primeira
23 de trinta e um de janeiro de dois mil e quinze. **II) OFICINAS RACISMO**
24 **INSTITUCIONAL** – A conselheira Elisa Zaneratto Rosa explica que a colaboradora
25 Clelia Prestes irá participar desse ponto por estar envolvida na organização das
26 oficinas de Racismo Institucional que estão ocorrendo em todas as Subsedes.
27 Algumas subsedes já realizaram a Oficina e Clélia Prestes explica que ao final de
28 cada oficina, é solicitada avaliação dos participantes em relação ao método, ao
29 conteúdo e à estrutura da atividade. Faz a apresentação à plenária dos dados
30 levantados com essas avaliações, que demonstram que, até o momento, a avaliação
31 dessa atividade é muito boa. A ideia é, a partir da avaliação dessas oficinas, pensar
32 em como é possível aprimorar as que ainda não foram realizadas. Para isso, pede-
33 se aos conselheiros das subsedes que já fizeram a atividade que comentem como
34 foi. Os conselheiros das subsedes onde já foram realizadas as oficinas trazem os
35 seguintes apontamentos: a) a presença de poucos colaboradores, em alguns casos,



36 por eles somente se aproximarem deste Conselho no que concerne à temática que
37 dominam; b) alguns conselheiros não puderam estar presentes devido a outros
38 compromissos assumidos pelo CRP SP; c) pouca participação de funcionários; d) a
39 atividade realizada no sábado foi, em alguns momentos, cansativa; e) o Plano de
40 Ação oriundo da atividade pode ser inserido no cotidiano, em eventos de entrega
41 das Carteiras de Identidade Profissional (CIP); f) a metodologia utilizada foi
42 interessante, com envolvimento do grupo na discussão e contribuiu para a
43 compreensão do significado de racismo institucional; g) as discussões estão
44 reverberando e tendo continuidade no dia-a-dia da subsede; h) a necessidade de
45 estar presente nos dois dias de atividade fez com que muitos colaboradores e
46 trabalhadores não pudessem estar presentes. Ante as pontuações do plenário,
47 Clélia Prestes explica que as oficinas têm ocorrido sempre em dois dias - sexta e
48 sábado. Ao longo da oficina os conceitos são alinhados com os conteúdos passados
49 e, ao final, é elaborado plano de ação, com três ações para cada um dos grupos. A
50 plenária apresenta como sugestões para as próximas oficinas: 1) que seja uma
51 atividade aberta a outras pessoas, citando como exemplo, os movimentos sociais; e,
52 2) que não seja condição obrigatória participar integralmente dos dois dias ou que a
53 atividade seja realizada em duas etapas, o que poderia ampliar a participação.
54 Entende-se fundamental a participação da Comissão Gestora, pois é algo que terá
55 reflexo nos trabalhos da subsede. Clélia Prestes diz ainda que há a possibilidade de
56 participação de outras pessoas, desde que sobrem vagas. Pondera que a Oficina
57 não foi pensada para quem já discute o tema e militantes, pois sua função é
58 exatamente a de propiciar que aqueles que ainda não estão envolvidos com a
59 questão, mas ressalta que não se trabalha com atividade voltada a pessoas racistas.
60 A respeito da sugestão de realizar a Oficina em duas etapas, explica que fazer esse
61 fracionamento gera um problema logístico, inclusive com o aumento dos custos
62 envolvidos. Pontua que é importante frisar o compromisso desta gestão com a
63 temática, que, portanto, deve ser abraçada por todos. Para ela, há um panorama
64 social de descrédito na psicologia em relação a questões que envolvem a discussão
65 racial, e cita como exemplo que em seu consultório recebe alguns pacientes que a
66 procuram pelo fato de ela ser negra, pois com outros psicólogos encontram
67 dificuldades em avaliar o impacto do racismo no dia-a-dia deles. Assim, para ela, é
68 importante que esta gestão do CRP SP pense na questão tanto para ser trabalhada
69 internamente, quanto junto à categoria e demais atores da sociedade. O grande
70 desafio é pensar como agir para trazer as pessoas. Portanto, deve-se pensar em
71 como enfrentar o desafio de trazer mais pessoas para as próximas Oficinas e
72 questiona quais ações serão realizadas para transversalizar a temática no CRP SP.
73 Para ela, a baixa adesão de participantes já é um produto do racismo institucional e



74 relata que é frustrante ver poucas pessoas participando, pois é uma ação que vinha
75 sendo desenhada desde antes de a gestão assumir. Reforça que ao final das
76 oficinas tem surgido o plano de ações com estratégias para o enfrentamento ao
77 racismo. Quanto ao apresentado por Clelia Prestes, pondera-se que esse tema
78 consta nesta pauta de plenária exatamente para avaliar a questão da participação
79 das pessoas, mas que, talvez, a participação de 15 (quinze) pessoas seja algo a ser
80 comemorado. Contudo, o objetivo é uma participação de mais pessoas e essa
81 mobilização é um trabalho que todas as Subsedes em que ainda ocorreram as
82 oficinas devem realizar. Também é importante pensar no cuidado do convite, que
83 não deve apenas ser formal, mas também deve constar na pauta de todas as
84 reuniões de núcleos e comissões, para que os coordenadores possam fazer o
85 convite mais direcionado, considerando inclusive o convite às entidades que fazem
86 parte desses coletivos. Também é importante ter atenção à forma de realizar a
87 conversa com os trabalhadores, que deve ser de sensibilização para que as pessoas
88 participem das oficinas. Sugere-se ter como produto final das várias oficinas
89 estratégias estaduais de enfrentamento à temática. Cita-se também que já houve
90 avanços em relação ao tema, como a inclusão do quesito 'cor/raça' no cadastro (o
91 que anteriormente era combatido por ser considerado discriminatório), o que pode
92 dar ao plenário uma visão otimista a respeito do tratamento dessa temática. Visando
93 o aumento da participação nas próximas oficinas, bem como em outras atividades
94 estratégicas da gestão, sugere-se: a) Funcionários em cargos de confiança devem
95 ser convocados a participar desse processo, pois sua posição dentro da instituição é
96 diferente dos outros trabalhadores; e, b) Colocar como pré-requisito para ser
97 colaborador do CRP a participação em determinadas atividades. Registra-se
98 também que em Bauru havia sido marcada a oficina para uma data e depois
99 reagendada, o que pode prejudicar a participação nessa subsede. Questiona-se à
100 mesa diretora sobre o custeio do transporte de colaboradoras(es) de outras cidades
101 e esclarece-se que o mesmo está garantido. Há sugestão da plenária que as
102 oficinas contem também com a participação de pessoas ligadas ao movimento
103 negro, pois é um momento de criar vínculo com pessoas que são estratégicas para
104 continuar essa discussão. Em relação à participação de poucas pessoas, comenta-
105 se que há reuniões de colaboradores em que a participação é ainda menor. Pede-se
106 também que seja considerado que a variável número de participantes está
107 relacionada também a questões logísticas, devido a outras atividades do próprio
108 CRP SP e pede-se compreensão com possíveis atrasos dos participantes. Em
109 contraponto a proposta de convite a integrantes de movimentos negros, defendeu-se
110 que o evento seja para as(os) colaboradoras(es), pois são aquelas pessoas que
111 estão junto com a gestão nas ações, e que é um grupo pequeno. Questiona-se a



112 organizadora das Oficinas, Clelia Prestes, se houve levantamento da participação
113 por cor/raça. Clélia Prestes cita que a maioria das pessoas que participaram era
114 branca, mas que havia pessoas que ela consideraria como negras, mas que se
115 consideraram brancos, mas não foi feito um levantamento quantitativo sobre esse
116 ponto. Mas cita que as pessoas que participaram ou já tinham alguma vivência com
117 o tema ou estavam pré-dispostas a discuti-lo. Pensando em estratégias para os
118 próximos encontros, sugere-se que para os possíveis outros participantes se
119 considere as entidades cuja participação seria interessante e, talvez, ter uma
120 presença bem planejada do movimento negro, para participação específica. Essa
121 discussão remete à discussão sobre saúde mental ocorrida nas últimas plenárias
122 ordinárias a respeito da importância e necessidade de aproximação com os
123 movimentos sociais, com o movimento negro e com os movimentos de moradia.
124 Também que os cargos de confiança e supervisores do CRP SP sejam convocados.
125 Há manifestações no plenário de que estão sendo discutidas questões em níveis
126 diferentes, por isso, questiona se o objetivo original dessas Oficinas é o de pensar
127 nas práticas, pois o foco deve ser esse: pensar as práticas institucionais em uma
128 instituição democrática. Clélia Prestes questiona sobre quais são os funcionários que
129 estão participando e quais efetivamente devem participar, pois, durante as oficinas já
130 realizadas surgiram comentários dos presentes indicando que outros funcionários e
131 colaboradores deveriam estar participando e, nesse sentido, sugere que, aqueles
132 que não puderem estar nas oficinas que ocorrerem em sua região, participem de
133 outra. Reforça a estratégia de que o convite seja endossado em outros eventos,
134 reuniões de grupos, etc. e, para ela, a participação de conselheiros e gestores é
135 fundamental. Caso ainda sobre vagas, entende que poderia se verificar a
136 possibilidade de participação de movimentos e entidades estratégicos. O plenário
137 registra que é compromisso de todos mobilizarem e também participar da oficina,
138 mesmo que em outra região. **Encaminhamento:** O plenário reafirma o compromisso
139 da gestão em participar das oficinas e de reforçar os convites para colaboradores e
140 funcionários, de modo a sensibilizar para a importância da participação. Caso ainda
141 tenha vagas para participar da Oficina, é possível o convite a entidades e
142 movimentos estratégicos. O assunto deverá ser pauta da reunião de Diretoria, para
143 que sejam avaliadas as possibilidades de arranjos de horários, de modo a viabilizar
144 a maior participação. **III) SAÚDE – 3.1 – Saúde Suplementar** – A conselheira Graça
145 Maria de Carvalho Camara informa à plenária que a temática de Saúde Suplementar
146 não foi discutida no Núcleo de Saúde. Foi apenas preparado por ela, com auxílio de
147 uma assistente técnica, o material de subsídio para Assembleia das Políticas, da
148 Administração e das Finanças (APAF). Informa-se que o assunto foi tratado na
149 reunião de presidentes e foi levada a importância da discussão sobre rol e a



150 qualificação do trabalho na saúde suplementar. Discutiu-se que essa seria uma
151 diretriz. O Conselho Federal de Psicologia tinha um representante na discussão da
152 Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), mas foi afastado sem que o CFP
153 explicasse as razões. Em seu lugar, indicou Anice Holanda Nunes Maia, do
154 Conselho Regional de Psicologia do Ceará (CRP-11). Ela ainda não iniciou a
155 representação, mas já se colocou a disposição para diálogo com o CRP SP acerca
156 desta pauta. Os Regionais deixaram registrada a importância dessa discussão.
157 Informa-se que a ANS fará consulta pública e, para compor os materiais de subsídio
158 para o ponto na APAF, resgatou-se o material que já existia na COF, que está sendo
159 atualizado conforme alterações da legislação. Comenta-se que a ANS está
160 pressionada a incluir saúde mental no rol, mas é necessário que as entidades
161 científicas pautem essa questão na ANS, não pode ser uma pauta encabeçada pelo
162 CRP SP. Comenta-se também que ocorreu concurso para auditor na ANS, mas a
163 Federação Nacional dos Psicólogos (Fenas) e o Sindicato dos Psicólogos do Estado
164 de São Paulo (Sinapse) não realizaram divulgação, sendo que há poucas(os)
165 psicólogas(os) dentro da ANS e, assim, atualmente são médicos que fiscalizam
166 psicólogas(os). Informa-se que está sendo organizada na subsede de Bauru uma
167 roda de conversa sobre planos de saúde e a prática profissional, onde será discutida
168 a diminuição do tempo de atendimento para os conveniados, o que fere o Código de
169 Ética da Psicologia. Em decorrência dessa ação dos planos de saúde, informa-se
170 que foi realizada orientação com os responsáveis técnicos e a discussão foi tensa e
171 pautada na precarização das condições de trabalho, agravada pelas terceirizações.
172 A roda de conversa tentará reunir as clínicas que já foram visitadas, elencando as
173 diversas situações encontradas, pontuando os parâmetros éticos. Cita-se que
174 quando o ponto foi levado à APAF, havia clareza de que a participação do CRP SP
175 se dá de forma indireta, pois quem deve realizar essa negociação é o Conselho
176 Federal, portanto, as discussões devem ser em âmbito nacional, porém, alguns
177 Regionais tem acúmulo na área, como é o caso de Santa Catarina, Rio de Janeiro e
178 Ceará. Cita-se que é ano de atualização de rol, assim, é importante que o CRP faça
179 proposições e, nesse sentido, necessário verificar em qual área o CRP tem acúmulo
180 para fazer tais proposições, avaliando se há novas propostas para serem realizadas.
181 A respeito da Saúde Mental, a discussão já foi realizada, mas ainda é preciso avaliar
182 como se traduz em alteração de rol. A sugestão de que a posição do CRP seja
183 contra a renúncia fiscal por parte dos planos de saúde e comenta-se que o Núcleo
184 de Saúde ainda não está habilitado para fazer essa discussão, mas que foi realizado
185 levantamento de alguns dados. Visando maior aproximação do Núcleo de Saúde
186 com a temática da Saúde Suplementar, propõe-se que algum integrante do Núcleo
187 de Saúde participe da roda de conversa que será realizada em Bauru e que sejam



188 feitas indicações de pessoas que possam contribuir com a temática, para realizar
189 discussão mais focada, por meio de um Subnúcleo ou de um grupo de discussão
190 ligado ao Núcleo de Saúde. Sugere-se, também a participação da conselheira Maria
191 Ermínia Ciliberti na reunião do Núcleo de Saúde que tratará sobre o tema de Saúde
192 Suplementar. **Encaminhamento:** Deverão ser encaminhadas para o Núcleo de
193 Saúde sugestões de nomes que possam contribuir com a temática de “Saúde
194 Suplementar”. O Núcleo deverá avaliar a possibilidade de participação de
195 representante na Roda de Conversa que será realizada em Bauru. A conselheira
196 Maria Ermínia Ciliberti será convidada a participar da próxima reunião do Núcleo. **3.2**
197 **– Conferências de Saúde** – Graça Maria de Carvalho Camara comenta que foi
198 criado um GT para organizar a participação do CRP SP nas Conferências de Saúde.
199 Em diversos locais já aconteceram as etapas regionais e o material produzido pelo
200 CRP SP não ficou pronto a tempo das etapas municipais. Há possibilidade de fazer
201 conferências livres, para encaminhar propostas para conferência nacional, além das
202 propostas que seguirão pelas etapas estaduais. É importante que o plenário dê
203 sugestões de formas para participação. Manifestações do plenário: 1) Pede-se que
204 seja avaliada a razão da baixa participação de psicólogos(as); 2) As discussões das
205 pautas não podem acontecer apenas de forma binária de ser contra ou a favor de
206 determinado ponto; 3) Sugere-se que o CRP tente que Graça Maria de Carvalho
207 Camara participe da etapa estadual como convidada; 4) Comenta-se que na
208 Conferência Municipal de São Paulo houve problema com os sindicatos, no
209 momento de eleição de delegados, pois não queriam que fossem eleitos
210 trabalhadores de Organizações Sociais; 5) Há informação de que foram eleitos um
211 psicólogo do Sindicato e outro da Frente Antimanicomial; 6) Elogia-se o material que
212 foi produzido para as Conferências de Saúde, inclusive o conteúdo, destacando
213 também o infográfico do sítio eletrônico, citando-se que para a Conferência de
214 Assistência Social há material parecido a ser apresentado; 7) Questiona-se se
215 haverá espaço para discussão das outras conferências na plenária; 8) O Conselho
216 Federal de Psicologia encaminhou somente cartazes para a Conferência de Saúde,
217 que foram divulgados na sede e nas subsedes, mas não encaminharam mais
218 nenhum material específico; 9) A ideia era de que o infográfico no sítio eletrônico
219 atraísse a categoria para retirar os kits de materiais que foram montados pelo CRP
220 SP; e, 10) Há psicólogas(os) participando das etapas, mas que não estão
221 diretamente relacionados ao CRP. Explica-se que o CRP nunca teve uma
222 participação organizada nas conferências, era o Conselho Federal que participava
223 na etapa nacional. O Regional nunca havia feito camisetas, folderes e infográfico
224 para essa atividade. Portanto, é algo novo o que foi feito para a Conferência de
225 Saúde e que pode ser replicado para as demais conferências. O núcleo de Criança e



226 Adolescente já apresentou proposta de participação na Conferência do tema e agora
227 precisa apenas subsidiar para que essas informações constem no infográfico e em
228 folder. O que também pode ser feito para a Conferência de Assistência Social.
229 **Encaminhamento:** A participação da Graça Maria de Carvalho Camara na etapa
230 estadual da Conferência de Saúde será pleiteada, na condição de convidada. O
231 CRP tentará participar das etapas Estadual e Nacional através das conferências
232 livres. **3.3 - Fórum dos Conselhos Atividade Fim da Saúde – FCAFS -** A
233 conselheira Graça Maria de Carvalho Camara conta que o Núcleo de Saúde não se
234 reuniu desde a última plenária e, portanto, ainda não tem indicação de nomes para
235 fazer a representação no Fórum dos Conselhos Atividade Fim da Saúde. Maria
236 Ermínia Ciliberti diz que está aguardando discussão em plenária acerca do Fórum,
237 mas que o que deseja discutir não é a indicação de representante.
238 **Encaminhamento:** O assunto será pauta da plenária de agosto, tanto para
239 discussão sobre a indicação de representantes, quanto para discussão mais ampla,
240 conforme solicitado pela conselheira Maria Ermínia Ciliberti. O Núcleo de Saúde
241 deverá apresentar sugestões de nomes para compor essa representação. **IV)**
242 **COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – COF -** O conselheiro Luiz
243 Eduardo Valiengo Berni conta que foi realizada avaliação na Comissão de
244 Orientação e Fiscalização (COF) para que fossem priorizadas produções de
245 orientações do conselho. Para ele é necessário estabelecer uma forma de gerenciar
246 o conhecimento produzido e, assim, propõe que COF seja a gestora das Notas
247 Técnicas do CRP SP, ficando responsável por sua formatação, para que todas
248 sigam o mesmo padrão e sejam numeradas, em ordem cronológica. Para tanto,
249 entende que deve ser produzida Resolução que verse sobre isso. Manifestações do
250 plenário: **1)** Lembra-se que desde o ano passado, com a aproximação de uma
251 assistente técnica para a temática da assistência social, foi produzido um bom
252 conteúdo sobre o tema, que está organizado e que originaria uma Nota Técnica,
253 mas houve dúvida sobre qual conteúdo deveria ser colocado, assim, entende-se
254 positiva a proposta; **2)** Foi realizado um Seminário de Políticas Públicas e a síntese
255 das discussões foi encaminhada à COF para produção de Nota Técnica que não a
256 fez e repassou a tarefa para o CREPOP – Centro de Referência Técnica em
257 Psicologia e Políticas Públicas. Explica-se, então, que não se trata de produção de
258 conhecimento, mas de gestão desse conhecimento e que as Notas podem ser
259 produzidas em todos os grupos do CRP SP. Mas reforça-se que a COF não está
260 produzindo conteúdos, e sim delegando para conselheiras(os) tal produção. Pontua-
261 se que a discussão é sobre qual o papel das(os) assistentes técnicas(os) e dos
262 coletivos na produção desses conteúdos. Coloca-se que o que é proposto é que a
263 COF fique responsável por dar identidade ética e técnica para essas notas; **3)**



264 Sugere-se que seja pensado também no método de disponibilização desses
265 conteúdos dentro do site, de modo a melhor disseminar essas informações. Ainda é
266 dificultado o acesso no *site*; **4)** A intenção do Núcleo de Assistência Social é colocar
267 em consulta pública antes de produzir o material definitivo. O documento inicial será
268 apresentado em uma Roda de Conversa em agosto e, após isso, será
269 disponibilizada a consulta pública pelo prazo de uma semana. A versão final
270 somente deverá ficar pronta no final do ano. Questiona-se se essa primeira versão
271 deve ser aprovada em plenária ou somente a última. O plenário faz defesa de que
272 somente as versões finais dos textos sejam encaminhados à plenária para
273 aprovação; **5)** Questiona-se sobre a recusa do corpo técnico em acompanhar
274 determinada temática, se a questão deve ser levada à Diretoria, à coordenação
275 técnica ou à presidência da COF. Esclarece-se que a situação deve ser
276 encaminhada, inicialmente, junto à coordenação técnica; **6)** Ressalta-se a
277 importância de que se verifique todas as notas que o CRP lançou nesta gestão,
278 como a da Escuta Especial de Crianças e Adolescentes, da Acupuntura e do Exame
279 Criminológico, essa última em conjunto com outros Regionais. De outras gestões,
280 cita-se que podem ser consideradas as notas que estão no Manual de Orientações e
281 Fiscalizações. **Encaminhamentos:** O plenário está de acordo que as notas técnicas
282 sejam administradas pela Comissão de Orientação e Fiscalização, que fica
283 responsável pela organização e gerenciamento. Quanto à nota que será produzida
284 sobre Assistência Social, somente a versão final deverá ser trazida à plenária para
285 aprovação. Os assuntos relacionados à participação técnica nos diversos grupos
286 devem ser tratados, inicialmente, com a coordenação técnica. **V) NÚCLEO DE**
287 **ÁLCOOL, DROGAS E MEDICALIZAÇÃO** – Foi realizado levantamento pela
288 Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) alusivo às violações de direitos
289 humanos constatadas nas fiscalizações de Comunidades Terapêuticas entre os
290 anos de 2013 e 2014. O Núcleo de Álcool, Drogas e Medicalização discutiu sobre
291 esse material e pensou em mandá-lo aos parlamentares: Deputados Estaduais e
292 Federais do Estado de SP, juntamente com uma carta. O documento produzido foi
293 baseado em levantamento realizado com todas as Subsedes e nele constam os
294 diversos relatos de violações encontradas durante essas fiscalizações. Esse material
295 está sendo atualizado para que considere também as violações encontradas nas
296 fiscalizações realizadas no ano de 2015, o que deve ficar pronto até a próxima
297 semana. Tal material complementa o relatório de Inspeção Nacional de Direitos
298 Humanos, publicado pelo CFP. Manifestações do plenário: **1)** Lembra-se que o
299 CRP passou a fiscalizar as Comunidades Terapêuticas (CTs) antes de conceder o
300 registro de pessoa jurídica, o que foi constatado nessas fiscalizações é o que consta
301 no documento citado; **2)** A maioria das CTs fiscalizadas apresentou irregularidades



302 e, portanto, não teve seu registro concedido. O projeto original, na gestão passada,
303 era de utilizar essas informações como base para fundamentar que o CRP não
304 concederia mais o registro para Comunidade Terapêutica, considerando que na
305 maioria delas há violação dos direitos humanos. Há imensa demanda de fiscalização
306 de CTs e estas estão sendo encaminhadas pela COF. Pontua-se que esse era o
307 projeto original e agora o documento está pronto, portanto, é possível o plenário
308 avaliar se seguirá com esse plano; **3)** Lembra-se que há dados anteriores a 2013,
309 desde o ano de 2010 ou 2011, que também podem servir de subsídio. Não se sabe
310 se há tempo suficiente para fazer essa compilação, mas está previsto no
311 Planejamento Estratégico; **4)** Ter feito essa compilação foi positivo, pois é importante
312 ter um produto que não seja somente o relatório da fiscalização; **5)** Concorda-se que
313 seja mandado aos parlamentares e lembra-se a votação do PL 7663/10 do
314 Deputado Federal Osmar Gasparini Terra. Esse documento pode subsidiar
315 politicamente esse debate; **6)** Sugere-se que seja feito um relatório estadual, para
316 publicação; **7)** Comenta-se que na última semana os Conselhos Regionais
317 receberam ofício do Conselho Federal de Psicologia questionando se era concedido
318 registro para Comunidade Terapêutica. Por enquanto, este CRP não tem clareza
319 sobre sua autonomia para negar registro a toda uma categoria da entidade, mas,
320 considerando a consulta do Federal aos regionais, entende-se que essa discussão
321 pode ser ampliada nacionalmente. Defende-se que seja feita compilação também do
322 produto das fiscalizações de anos anteriores, mas o que o CRP SP tem pronto já
323 pode ser transformado em uma publicação. Há defesa também de que material não
324 seja somente encaminhado aos parlamentares, que seja realizado evento de
325 lançamento da publicação, já com a informação de que os dados anteriores estão
326 sendo sistematizados e que também serão publicados posteriormente. Comenta-se
327 ainda que o Estado de São Paulo investirá em um programa denominado
328 “Recomeço” e que é provável que muitas Comunidades Terapêuticas sejam
329 financiadas por esse programa. Quanto ao evento de lançamento proposto, coloca-
330 se que pode ser realizado na sede do próprio CRP SP ou na Assembleia Legislativa
331 do Estado de São Paulo – Alesp. Trazem-se alguns questionamentos quanto a essa
332 discussão: **1)** O foco da publicação é o legislativo estadual ou nacional? **2)** O que
333 mudou na análise da COF? Pois, em gestão anterior, havia sido produzida uma
334 proposta de resolução pelo CFP que tratava sobre a questão das CTs e que, a seu
335 ver, era muito boa, mas foi barrada pelo CRP SP durante a Assembleia das
336 Políticas, da Administração e das Finanças – APAF, pontuando que a não
337 concessão de registro para Comunidade Terapêutica teria que ser por meio de uma
338 Resolução Federal, porque haverá processo judicial contra essa medida; **3)** A
339 Discussão com os deputados será focada nas questões econômicas ou o foco



340 mudou? Lembra-se que já foi feito estudo sobre o financiamento das
341 Comunidades Terapêuticas. Em relação às ponderações anteriores, há
342 posicionamento de que a concessão ou não de registro ainda não está tão clara,
343 pois uma decisão de não mais conceder pode aumentar o número de processos, o
344 que colocará o CRP SP em posição desfavorável. Outro fator considerado
345 importante é que há muitas fiscalizações que precisam ser realizadas e, para que
346 seja possível atender toda essa demanda, em especial nas subsedes, é necessário
347 esforço/parceria. O plenário mostra-se favorável a encaminhar o documento
348 resultante das fiscalizações aos parlamentares, mas que também seja feito
349 investimento em uma publicação em forma de relatório estadual, a ser lançado em
350 evento específico para esse fim. Pondera-se também que seja realizado resgate do
351 estudo que foi feito acerca do financiamento às Comunidades Terapêuticas, sendo
352 necessário avaliar de que forma será trabalhado. Retoma-se que a ideia inicial,
353 trazida à plenária era de enviar o documento, da forma como está, aos
354 parlamentares, mas que agora é proposta a elaboração de um novo documento.
355 Pontua-se que o perfil das(os) psicólogas(os) que atuam nesses espaços é de
356 recém-formados e o próprio registro profissional da Psicologia é um dos mais
357 baratos, se comparado a outras áreas profissionais. Portanto, a não concessão do
358 registro a essas pessoas jurídicas pode ser um modo de proteger a profissão e os
359 profissionais da Psicologia. Cita-se que já houve conversa com um juiz que disse
360 que não seria possível negar antecipadamente o registro, mas que poderia ser
361 criado um procedimento, portanto, é possível elaborar esse procedimento com base
362 nesse documento que está pronto. Registra-se que o material levantado é uma ação
363 positiva do CRP SP, mas é importante que sejam resgatadas as informações dos
364 anos anteriores, pois é uma forma de publicizar o que o CRP tem observado nesses
365 espaços. Mas, defende-se que este Conselho ainda não está na fase de deliberar
366 que não se conceda mais esses registros, sem realizar previamente a fiscalização,
367 mas é possível determinar quais requisitos devem ser atendidos já no momento de
368 solicitação do registro. Quanto à preocupação das subsedes, entende que a
369 fiscalização a essas entidades não precisa ser prioridade e, caso eles não queiram
370 aguardar a fiscalização, poderão procurar outra profissão para o registro. Faz-se
371 defesa pelo envio do relatório para os parlamentares, mas que, paralelamente, seja
372 produzido texto analítico para a publicação. O estudo sobre o financiamento desses
373 espaços, feito por Áquilas Mendes, é um bom argumento e também precisa ser
374 publicizado, talvez compondo a mesma publicação. São materiais que já estão
375 prontos e podem ser considerados como a contribuição do CRP SP a todos os
376 coletivos que também estão nesse enfrentamento. Comenta-se também que haverá
377 no segundo semestre, provavelmente entre os dias 19 e 30 de outubro, visita de



378 relator da Organização das Nações Unidas (ONU) para verificar unidades de
379 privação de liberdade, quanto a maus tratos e tortura. Como havia prazo para envio
380 de material, o documento que o CRP SP já havia sistematizado foi encaminhado
381 para a Conectas Direitos Humanos. Mas, para a visita, o dossiê precisará ser
382 traduzido para o inglês, para ser entregue. Manifesta-se que há informações de que
383 o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP não
384 concedia mais registro de pessoa jurídica para Comunidades Terapêuticas, assim,
385 sugere-se que seja realizada conversa com esse Conselho para verificar a
386 informação. Há defesa de que o material produzido não seja encaminhado, da forma
387 como está, aos parlamentares, o que apenas daria tempo para que pudessem
388 preparar suas defesas e também se trata de material que não é direcionado somente
389 aos parlamentares, mas a toda a categoria e sociedade. O jurídico foi consultado
390 anteriormente e apresentou parecer de que não havia materialidade para negar o
391 registro de comunidades terapêuticas com antecedência, mas agora, considerando
392 esse material, é possível que já haja subsídios para tal ação. Questiona-se também,
393 caso o plenário aprove, que não seja mais concedido registro às Comunidades
394 Terapêuticas, o que seria feito para as que já têm o registro concedido. Pondera-se
395 que o dossiê pode ser encaminhado como denúncia. Já sobre a publicação
396 pretendida cita-se que o documento preparado pelo CFP teve impacto porque tinha
397 fotos e não apenas texto escrito, o que é importante ser considerado. Pensando em
398 uma estratégia de articulação para barrar o registro das Comunidades Terapêuticas,
399 sugere-se que se foque na questão da internação forçada, o que inclui, também, a
400 questão do autismo. Atualmente não está tendo grande aumento do número dessas
401 organizações, porque já existem divergências entre elas mesmas. Comenta que será
402 realizado evento na próxima quarta-feira, 08 de julho, do lançamento do Censo e
403 pondera ser importante a participação do CRP para verificar com quais atores é
404 possível fazer articulação. A ideia inicial era enviar o relatório prioritariamente para a
405 Frente Parlamentar que defende as comunidades terapêuticas. Sugere-se que o
406 Núcleo de Álcool, Drogas e Medicalização (NADM) avalie quanto tempo levaria para
407 a publicação, considerando que deve ter impacto, ter parte analítica e fazer estudo
408 econômico (financiamento). Portanto, caberia ao núcleo avaliar se poderá ser feito
409 no tempo necessário, ou se deverá ser encaminhado o dossiê do jeito que está aos
410 parlamentares e a publicação ser preparada paralelamente, para lançamento.
411 Também, que o NADM fique responsável pela produção do relatório e que o Dossiê,
412 da forma como está hoje, seja encaminhado ao subcomitê das Organizações das
413 Nações Unidas para prevenção e combate à tortura, como possível situação a ser
414 acompanhada. Defende-se que o documento a ser enviado aos parlamentares, seja
415 encaminhado a todos, independente de suas posições. Sugere-se também que seja



416 solicitada ao governo do estado a informação sobre quantas pessoas estão
417 internadas no estado de São Paulo. Há dúvida se, já nesta plenária, é possível fazer
418 a definição se será ou não concedido registro às Comunidades Terapêuticas.
419 Entende-se importante que sejam reunidos mais subsídios: verificar com outros
420 Conselhos Regionais de Psicologia e com outros Conselhos da área da saúde.
421 Nesse sentido, também é possível fazer a verificação junto à COF nacional, de que
422 documento tem subsidiado o CRP 12 (Santa Catarina) não estar mais concedendo
423 registro de Comunidade Terapêutica e se o CRP 04 (Minas Gerais) está utilizando
424 alguma resolução com esse fim. Importante também a plenária avaliar se a negativa
425 de registro será para as Comunidades Terapêuticas ou para casos de internações
426 forçadas. Indica-se a importância de que seja adotada medida em relação às CTs,
427 pois o que é feito atualmente é processar as(os) psicólogas(os) que atuam nesses
428 espaços. Comenta-se que o Conselho Regional de Santa Catarina não está
429 concedendo e que a fiscalização realizada por outros conselhos profissionais se dá
430 de forma diferente. Pondera-se que se deve aguardar mais subsídios até a plenária
431 de agosto, para verificar a posição da plenária. Não se sabe o porquê do
432 levantamento do Federal sobre quais Regionais estão ou não concedendo registros,
433 assim, a conjuntura pode piorar. Propõe-se que antes de o plenário votar sobre as
434 propostas levantadas, deve-se avaliar a relevância do relatório e quanto tempo é
435 possível aguardar para o envio, ponderando-se que quanto melhor for o documento
436 a ser encaminhado, mais relevância e alcance terá. Assim, dependendo do tempo
437 de produção, o relatório poderia ser encaminhado, inclusive, ao comitê da ONU.
438 Nesse caso, a Comissão de Orientação e Fiscalização ficaria à disposição para
439 auxiliar nessa força-tarefa. Porém, estima-se que com a força-tarefa, a publicação
440 poderia ficar pronta em dezembro, mas o prazo para envio para a ONU é outubro.
441 Indica-se que a plenária está discutindo muitos detalhes, que o Núcleo de Álcool,
442 Drogas e Medicalização pode fazer a avaliação quanto ao tempo, mas divulgar o
443 documento que está pronto pode tirar força de impacto do relatório (publicação), mas
444 que é complicado fazer previsão. Acrescenta-se que faltam subsídios para
445 encaminhar sobre isso. **Encaminhamentos: 1) Publicação do Dossiê:** levantam-se
446 duas propostas: i) que se aguarde o relatório ficar pronto para envio aos
447 parlamentares, ii) que o Dossiê seja encaminhado aos parlamentares, da forma
448 como está, caso o Núcleo de Álcool, Drogas e Medicalização avalie que não será
449 possível esperar o relatório (publicação) ficar pronto. O plenário aprova a segunda
450 proposta por 9 (nove) votos a 5 (cinco). **2) Publicação:** O NADM ficará responsável
451 pela preparação do relatório, considerando que deve ter impacto, ter parte analítica,
452 fazer estudo econômico (financiamento), etc. Esse relatório deverá ser lançado em
453 evento com este fim. **3) Concessão de registro de pessoa jurídica para Comunidades**



454 Terapêuticas: Deve-se aguardar a plenária de agosto para que sejam apresentados
455 novos subsídios necessários para a discussão, junto com os Conselhos Regionais
456 de Psicologia de Minas Gerais e de Santa Catarina e outros Conselhos da saúde. **VI)**
457 **APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOA FÍSICA E JURÍDICA** – A conselheira
458 vice-presidenta apresentou ao plenário os processos de pessoa física e jurídica para
459 apreciação. **Encaminhamento:** O plenário referendou a aprovação dos processos:
460 Pessoa física – 135 (cento e trinta e cinco) inscrições novas; 27 (vinte e sete)
461 reativações; 7 (sete) inscrições secundárias; 11(onze) inscrições por transferência,
462 3(três) suspensões da solicitante por desistência, 45 (quarenta e cinco)
463 cancelamentos a pedido e 24 (vinte e quatro) cancelamentos por transferência. E de
464 Pessoa jurídica – 7 (sete) registros; 1 (um) cadastro, 2 (duas) alterações contratuais
465 e 32 (trinta e dois) cancelamentos a pedido. Total Geral de processos aprovados –
466 pessoa física e jurídica: 294 (duzentos e noventa e quatro), conforme folha anexa
467 que é parte integrante desta ata. **VII) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE**
468 **ESPECIALISTA** – O plenário tomou conhecimento da relação de psicólogas(os)
469 para aprovação do título de especialistas. **Encaminhamento:** Na modalidade
470 Concursos foram deferidos: 01 (um) na área de Psicologia Organizacional e do
471 Trabalho e 01 (um) na área de Psicologia do Trânsito. Na modalidade cursos,
472 deferiram: 17 (dezesete) na área de Psicologia do Trânsito, 02 (dois) em Psicologia
473 Clínica, 04 (quatro) em Psicologia Hospitalar, 01 (um) em Psicopedagogia e 04
474 (quatro) em Neuropsicologia, conforme folha anexa que é parte integrante desta ata.
475 Nada mais havendo a tratar a senhora conselheira presidenta deu por encerrada a
476 sessão, da qual eu, conselheira vice-presidenta, Adriana Eiko Matsumoto, lavrei a
477 presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo,
478 três de julho de dois mil e quinze.

Adriana Eiko Matsumoto

Elisa Zaneratto Rosa

Graça Maria de Carvalho Camara

Joari Aparecido Soares de Carvalho

José Agnaldo Gomes

Luís Fernando de Oliveira Saraiva



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

Luiz Eduardo Valiengo Berni

Maria Ermínia Ciliberti

Marília Capponi

Moacyr Miniussi Bertolino Neto

Alacir Villa Valle Cruces

Bruno Simões Gonçalves

Camila de Freitas Teodoro

Dario Henrique Teofilo Schezzi

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Maria das Graças Mazarin de Araújo

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Sandra Elena Sposito

Sergio Augusto Garcia Júnior